

## **“Aumentar salários é fundamental para melhorar condições de vida”**

### **Declaração Política | António Lima**

Verificou-se nos últimos anos uma significativa, mas insuficiente, subida do salário nacional.

A trajetória de subida que se verifica desde 2015 fez o salário mínimo nacional passar de 505 para os 705 euros, e de 530,25 para 740,25 euros nos Açores em 2022.

No entanto, de acordo com uma análise da CGTP, se o SMN tivesse evoluído de acordo com a produtividade e a inflação registadas desde 1974, em 2020 teria chegado a um valor de 1.137 euros.

Segundo dados do ministério do trabalho, o salário mínimo é auferido por um quarto dos trabalhadores em Portugal e são sobretudo os trabalhadores precários, as mulheres, os jovens e pessoas com menos habilitações que o auferem.

Apesar do valor do salário mínimo ser ainda baixo e por isso não permitir muitas vezes fugir à pobreza, surgem crescentes resistências por parte de diversas associações empresariais nacionais e regionais, mas também de partidos políticos, ao aumento anual do salário mínimo.

As associações empresariais voltaram a exigir compensações financeiras para atenuar o impacto do aumento do salário mínimo nacional.

Uma vez mais, o governo da república do PS cedeu a essas pressões atribuindo um subsídio às empresas que pagam o salário mínimo. Estamos perante um incentivo que serve para puxar os salários para baixo. Um incentivo à mediocridade.

Ao mesmo tempo, um dos partidos que suportam o governo regional quer também na região o mesmo incentivo aos baixos salários. É evidente que um governo regional que preconiza um modelo de desenvolvimento assente apenas em setores de baixo valor acrescentado, necessariamente quer incentivar a que se mantenham salários de miséria.

Mais do que discutir apenas o salário mínimo, importa debater também os salários em geral, com especial atenção para o salário médio, e as políticas públicas que o influenciam.

O aumento do salário mínimo tem como consequência trazer a nú uma profunda estagnação salarial que causa dificuldades na vida de milhões de trabalhadores. A remuneração média mensal nacional apenas cresceu 59€ desde 2015 até 2020.

O aumento do salário mínimo nacional levou a que tivessem sido engolidos vários níveis remuneratórios em vários setores, o que cria um profundo sentimento de injustiça.

Em 2022, na função pública, os primeiros 5 níveis remuneratórios serão absorvidos pelo aumento do salário mínimo.

No setor social, nas IPSS e Misericórdias dos Açores, são 8 os níveis remuneratórios engolidos pelo salário mínimo.

No setor privado, tomando um exemplo de um contrato coletivo do setor do turismo de 2019 na região, 85 dos 95 níveis salariais serão absorvidos em 2022 pelo salário mínimo.

Somos cada vez mais uma região de baixos salários.

---

É redutor apontar apenas um ou dois motivos para esta estagnação dos salários. Mas sem sombra de dúvida que existem alguns que contribuem de forma mais decisiva para este estado de coisas.

Por um lado, a ausência de aumentos salariais no setor público transmite a mensagem ao setor privado de que não deve aumentar salários.

A precariedade, que nos Açores é maior do que no resto do país, associada a um modelo de desenvolvimento assente no setor primário e no turismo fazem com que o emprego criado seja, na sua maioria, mal pago.

A manutenção das leis laborais da troika que, por exemplo, determinam a caducidade da contratação coletiva retirando capacidade negocial aos trabalhadores, impedem o aumento do número de trabalhadores abrangidos por contratos coletivos.

Contribuem para a chantagem permanente sobre os trabalhadores nos processos de negociação coletiva.

A estagnação salarial combate-se também por isso em várias frentes:

Retirando a troika das leis laborais, como o Bloco defende e o próprio PS em tempos quis, mas que agora recusa na assembleia da república, tal como faz a direita. Felizmente nos Açores reduziu-se por proposta do Bloco o período experimental.

Combatendo de forma consequente a precariedade seja na administração pública e no setor privado; O contrário do que é feito nos Açores, onde há subsídios aos contratos precários e onde, na saúde, 79% dos trabalhadores contratados são precários.

Qualificando a nossa economia, desenvolvendo num processo de transformação económica que aposte em setores de alto valor acrescentado e no aumento das qualificações.

Nos Açores temos condições para fazer da nossa posição geográfica e dos nossos recursos marinhos o motor dessa transformação

Continuando e reforçando a trajetória de aumento do salário mínimo, que nos Açores deve também corresponder ao aumento do complemento regional para 7,5%.

A melhoria dos salários revela-se ainda como essencial para combater a falta de mão de obra que alguns setores enfrentam, precisamente aqueles onde os salários são em regra mais baixos.

Não negamos que a demografia e a sazonalidade extrema influi, principalmente nas ilhas menos populosas, para a escassez de mão de obra. Mas o problema de fundo reside uma vez mais na questão salarial e condições de trabalho.

Nem é preciso ir mais longe, basta recorrer às palavras do atual presidente dos EUA, o Democrata, Joe Biden que referindo-se às queixas dos empresários sobre as dificuldades em contratar trabalhadores, deu um sábio e prático conselho: Paguem-lhes mais!

Para encontrar trabalhadores, promover a fixação de pessoas e até atrair outras para que se fixem na região temos de ter uma economia qualificada onde o salário mínimo não seja a regra.

---

Mas acima de tudo, o aumento dos salários é fundamental para melhorar as condições de vida, para que não haja ninguém que embora trabalhe, ainda assim seja pobre.

Horta, 16 de dezembro de 2021

---